A VIABILIDADE TURÍSTICA DAS FORTIFICAÇÕES MILITARES DE PERNAMBUCO

MSc. [1]Roberta Cajaseiras de Carvalho

Esta pesquisa, parte integrante de uma dissertação de mestrado em Turismo, aborda a viabilidade turística das fortificações militares de Pernambuco, visando investigar a configuração atual do seu uso turístico. De caráter quali-quantitativo, seguiu as etapas da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Com base no referencial teórico, foram elencados requisitos essenciais para a transformação de um bem cultural em recurso turístico. Como resultados é apresentada, nesta ocasião, a aplicação dos requisitos sobre a realidade atual das fortificações, identificando quais delas são viáveis turisticamente; e algumas diretrizes que podem nortear o planejamento turístico dos atrativos estudados e para um trabalho integrado a longo prazo.

Palavras-chave: turismo; planejamento turístico; atrativos histórico-culturais; fortificações; Pernambuco

1 As fortificações militares de Pernambuco

As fortificações militares de Pernambuco constituem remanescentes arquitetônicos de grande importância, seja pelo valor histórico ou pela sua grandiosidade em termos construtivos, que fazem dessas edificações componentes importantes das paisagens onde estão inseridas. A monumentalidade faz com que esses fortes despertem o interesse dos visitantes e moradores, culminando no seu aproveitamento pelo turismo. Porém, na maioria dos casos, esse uso não é acompanhado de ações de planejamento voltadas à recepção de visitantes, o que contribui para a geração de impactos negativos e conseqüente degradação.

A abordagem do tema *fortificações* é conseqüência da constatação que a consideração dessas edificações históricas por estudos científicos no Brasil com base no turismo é mínima, apesar da importância desses remanescentes. No estado de Pernambuco a situação é preocupante, o que

[1] Bacharel em Turismo (UFPE); Especialista em Gestão de Ambientes Costeiros Tropicais (UFPE); Mestre em Turismo (UCS/RS). Instituição: Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

reitera a importância de uma abordagem dessas construções cada vez mais rápida pela academia e pela gestão pública, a fim de tentar minimizar sua deterioração e inadequado manejo turístico.

Assim, a pesquisa aqui apresentada objetiva identificar, de forma preliminar, o uso turístico das fortificações militares de Pernambuco, investigando se atualmente essas edificações estão sendo manejadas de forma adequada, garantindo a manutenção de sua integridade.

As fortificações analisadas estão localizadas no litoral do estado de Pernambuco: Fortim do Queijo (construção de 1620, em Olinda), Forte do Brum (1630, em Recife), Forte das Cinco Pontas (1630, em Recife), Forte Orange (1631, em Itamaracá), Forte de Tamandaré (entre 1630 e 1646, em Tamandaré) e Forte de Pau Amarelo (1729, em Paulista).

O termo *fortificação,* segundo A. Barretto (1958), refere-se à denominação genérica de obras voltadas à defesa militar. Tais construções poderiam ter um caráter passageiro ou permanente.

Consideram-se fortificações militares, nessa ocasião, as construções destinadas a proteger áreas de importância comercial, militar, social ou política, independente do material utilizado para sua confecção, da comunidade que a construiu e das alterações, ao longo do tempo, em sua função original. Entre os tipos de fortificações classificados constituem-se objetos desta pesquisa o *Forte* e o *Fortim.*

Sobre a importância histórica dessas edificações, Pires Junior (2004) relata que as mesmas permitiram a fixação e manutenção de novas fronteiras, do ponto de vista político. Socialmente, as mesmas constituíram núcleos importantes, que posteriormente se transformaram em cidades.

Menezes e Rodrigues (1986) apontam que as fortificações em uso no Brasil são classificadas como *modernas,* pois foram construídas entre os séculos XVI e XVIII.

O primeiro forte das Américas teria sido construído em 1534 na Baía de Todos os Santos (Forte Santo Antônio da Barra) pela Coroa Portuguesa (PRADO, 1998). A Região Nordeste foi a primeira do Brasil a ser colonizada, o que justifica a construção de tais estruturas de defesa antes de outras localidades do país.

A. Barretto (1956, p. 14), ao elencar as diversas regiões do mundo nas quais os portugueses edificaram fortificações, destaca a grande quantidade de tais construções no país: “ Mas em nenhuma outra parte existem tantas como neste imenso Brasil, alevantadas desde o século XVI ao século XVIII, primeiro de madeira e terra socada, depois de alvenaria e tijolo de pedra, cada uma com sua história, seu papel e seu destino no passado”.

Apesar do destaque dado aos portugueses quanto a construção de fortificações em território brasileiro, deve-se ressaltar também a influência dos holandeses sobre tais edificações durante sua ocupação no Nordeste brasileiro (século XVII), tanto na construção quanto na remodelação de obras de defesa iniciadas pelos lusos. A maioria dos remanescentes desse legado flamengo está localizada na costa do estado de Pernambuco.

As fortificações continentais de Pernambuco seguem as diretrizes holandesas que foram, por sua vez, baseadas nas italianas. Tal condição seria caracterizada principalmente pelo uso freqüente de baluartes e de praças fortes regulares (MENEZES; RODRIGUES, 1986). Apesar do pioneirismo dos lusitanos na construção dos fortes no estado, foi com os holandeses que o sistema defensivo da região passou a ser mais eficiente:

> Curiosamente foi a Holanda a principal responsável pela construção de fortificações que tornaram este trecho do litoral brasileiro (costa pernambucana) o mais protegido do país. São obras dos flamengos, além do incentivo às artes e à ciência e de um a tolerância religiosa que os portugueses jamais praticaram, os fortes Orange e Cinco Pontas, estes localizados no centro do Recife (PRADO, 1998, p. 38).

Pernambuco chegou a possuir 34 fortificações sendo 4 fortalezas, 21 fortes, 4 fortins, 2 baterias, 2 redutos e uma casa-forte (MENEZES; RODRIGUES, 1986).

A importância dos holandeses na construção do sistema de defesa de Recife é reconhecida, destacando que esse sistema, aliado a linha de defesa de Olinda, foi uma das mais bem realizadas pelos mestres holandeses (MENEZES; RODRIGUES, 1986).

2 Metodologia

A presente pesquisa segue uma abordagem *quali-quantitativa* pois, apesar de se basear em aspectos subjetivos para a avaliação da viabilidade turística dos fortes, promove uma tentativa preliminar de “quantificar” essa mesma viabilidade a fim de facilitar a abordagem do tema em experiências didáticas, como o ensino superior em turismo.

O estudo descritivo também é utilizado nesta ocasião, a fim de sistematizar e disponibilizar informações históricas e as características atuais dessas fortificações para o uso em pesquisas acadêmicas e ações de planejamento e gestão.

Para a coleta e sistematização das informações obtidas, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Na última etapa foram realizados a observação direta extensiva, o registro fotográfico e o preenchimento de fichamentos.

2.1. Requisitos para a transformação de bens culturais em recursos turísticos

Domínguez de Nakayama (1994) elenca alguns requisitos necessários a um bem cultural, para identificar se o mesmo possui condições de se tornar um "objeto" do turismo. Tais requisitos constituem a base metodológica dessa pesquisa, tendo sido os mesmos adaptados e aprimorados, acrescentados ou suprimidos, de acordo com sua adequação aos objetivos propostos, e com base em aspectos contemplados em outras produções acadêmicas sobre planejamento turístico.

A fim de formatar uma metodologia de pesquisa aplicável em outras ocasiões de investigação de bens culturais tangíveis, os requisitos propostos foram elencados e subdivididos em *indicativos*, sendo estes divididos novamente, para facilitar a distinção entre os diversos aspectos investigados, em *subindicativos*.

Os requisitos em questão são:

- *Atratividade:* refere-se ao "poder de atração" de um atrativo. Domínguez de Nakayama (1994) aponta que este aspecto depende de outros fatores, e destaca as qualidades intrínsecas, o conhecimento do usuário e suas preferências como os principais.
- *Aptidão*: visa identificar em que medida o bem cultural pode inserir-se adequadamente na atividade turística. Os enfoques propostos são a capacidade de uso, a satisfação do usuário e a capacidade de integração.
- *Disponibilidade*: este requisito refere-se à acessibilidade, em sua tríplice manifestação: física, temporal e administrativa.

Torna-se necessário destacar que a proposta metodológica aqui descrita visa acrescentar componentes à pesquisa voltada ao turismo no patrimônio cultural mas não se torna completa, considerando a supressão de componentes importantes e a constatação da necessidade de aprimoramento pontual de cada requisito. Apesar das limitações observadas, a análise dos indicativos sugeridos certamente oferecerá mais uma alternativa útil à sistematização dos dados necessários ao planejamento, e contribuirá (após seu refinamento) para reflexões mais profundas e

específicas sobre cada componente, condição essencial para futuras intervenções de sucesso sobre os bens culturais utilizados pelo turismo.

3 O uso turístico atual das fortificações militares continentais de Pernambuco

Com base nas informações coletadas sobre o uso turístico atual sobre cada uma das fortificações pesquisadas, pode se chegar as seguintes conclusões preliminares:

3.1 Fortim do Queijo

O Fortim do Queijo atende parcialmente o requisito *atratividade*, com 75% de indicativos percebidos (ANEXO I). Tal fato pode ser justificado pela ausência do subindicativo *"características da informação turística prestada no local"*, já que este serviço não é prestado no referido forte. A ausência da informação turística reflete diretamente o desinteresse da gestão turística local em transformar o forte em um atrativo importante, além de contribuir para a pouca integração do mesmo à comunidade local - que também desconhece sua história e características - e ao pouco respeito pela sua integridade.

O requisito *aptidão* não é atendido, com a ocasião de 44,44% de subindicativos. A falta de planejamento turístico sobre este forte não permite o controle e conhecimento acerca dos visitantes, culminando na inexistência de medidas de segurança e de equipamentos e serviços no local. A ausência de tombamento estadual reflete ainda mais uma limitação para o manejo do atrativo, já que o mesmo não é normalmente contemplado por ações do órgão de proteção estadual (FUNDARPE), grande aliado na implementação de ações de proteção e conservação nos monumentos de Pernambuco. Como mais uma conseqüência sofrida pelo Fortim do Queijo, atualmente não existe um museu ou espaço cultural que disponibilize aos interessados um pouco de informação sobre sua história, mantendo o mesmo no ostracismo, distante tanto da comunidade quanto dos visitantes.

O único equipamento ou serviço turístico prestado no forte é o estacionamento, compartilhado, como já citado, com outros serviços prestados no entorno.

No tocante ao requisito *disponibilidade* o Fortim do Queijo também não apresenta um desempenho satisfatório, contemplando apenas 40% dos subindicativos propostos. Os aspectos não

percebidos pela pesquisa foram: boas condições das vias de acesso, que apresentam-se com vários buracos e um trânsito desordenado; placas de sinalização do atrativo; e cobrança de ingresso que, na ocasião de uma visitação organizada, poderia ser um ótimo instrumento para angariar mais recursos financeiros para manutenção do atrativo.

Questões sobre a posse e a gestão do fortim não puderam ser analisadas de forma quantitativa, mas são essenciais para a configuração do planejamento turístico. No caso do Fortim do Queijo a posse é do Exército Brasileiro, mas tal entidade não atua de forma sistemática no aproveitamento turístico de fortificações no estado, salvo no Forte do Brum. Estando a gestão do atrativo sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Olinda, ações neste sentido tornam-se limitadas já que o poder público local possui inúmeros atrativos histórico-culturais sobre o seu manejo, conseqüência do tombamento de seu sítio histórico a nível mundial pela UNESCO. Os recursos necessários para essa atuação da prefeitura são muito limitados, o que explica a necessidade de se definir atrativos prioritários, entre os quais não está inserido atualmente o fortim.

Com base nas informações apresentadas, considera-se que o Fortim do Queijo preenche apenas um dos requisitos (*atratividade*), não apresentando viabilidade atual para o uso turístico.

3.2 Forte do Brum

O Forte do Brum preenche o requisito *atratividade*, contemplando satisfatoriamente todos os subindicativos propostos (ANEXO II). Sua atratividade se explica pelo fato deste forte constituir um bem satisfatoriamente gerenciado – a cargo do Exército Brasileiro – sendo um dos atrativos turísticos de destaque do Bairro do Recife, além de prestar serviços e disponibilizar experiências que integram a comunidade local (notadamente as instituições de ensino).

O requisito *aptidão* também foi atingido, com 77,77% dos seus subindicativos contemplados. A ausência do tombamento estadual e municipal explica a não-totalidade da aptidão. Porém tal fator não constitui um componente decisivo para a conservação da edificação, considerando as ações de manutenção sistemáticas do Exército que contribuem significativamente para manter a integridade do monumento ao longo do tempo, minimizando a necessidade de intervenções mais impactantes.

O Forte do Brum foi o que apresentou a maior quantidade de equipamentos e serviços disponibilizados, correspondendo a oito ocasiões. Essa característica é essencial para um adequado

projeto de visitação, e certamente explica a recorrente solicitação da comunidade local para desfrutar do que é oferecido no forte.

A *disponibilidade* foi atingida em 80% dos subindicativos. Como problema aponta-se a regular condição das vias de acesso, principalmente no que tange a possibilidade de circulação de pedestres. A adequação do atrativo às condições de circulação no entorno é essencial para a integração do forte aos demais atrativos do bairro e à maior valorização da experiência do visitante.

A união da posse e da gestão sobre a responsabilidade do Exército Brasileiro (no caso, uma única entidade) faz com que haja uma maior agilidade em se aplicar as ações propostas para o uso turístico, minimizando os efeitos da burocracia e de outros entraves político-administrativos. Por ser comprometimento do Exército manter a integridade do forte, as ações de manutenção voltadas para minimizar a necessidade de intervenções mais onerosas são aplicadas, o que explica seu bom estado de conservação. Além disso, o Forte do Brum apresenta-se como palco do principal resgate histórico da atuação militar no estado, o que culmina num envolvimento maior de toda a organização em sua manutenção e otimização de seus recursos, assim como desperta o interesse da comunidade, permitindo a aplicação de práticas voltadas à educação patrimonial.

Com base nessas informações, o Forte do Brum é considerado viável, do ponto-de-vista turístico.

3.3 Forte das Cinco Pontas

O Forte das Cinco Pontas preenche totalmente o requisito *atratividade* (ANEXO III). Entre as fortificações estudadas talvez esta seja a mais conhecida pela população e visitantes pois, além de disponibilizar equipamentos turísticos de qualidade, como o Museu da Cidade do Recife, é palco de diversos eventos culturais e políticos e é muito disputada para a realização de festas particulares, mediante aluguel de área específica. Sua importância histórica é uma das mais reconhecidas pelos pernambucanos, devido as negociações sobre a rendição holandesa, entre outros episódios. Seu entorno muito movimentado – em decorrência do comércio intenso e da alta circulação de veículos em direção à Zona Sul da cidade – também contribui para uma relação mais “íntima” com a população.

Essa proximidade com a vida cotidiana, apesar de permitir um maior reconhecimento, também é responsável pela geração de impactos negativos consideráveis. A poluição visual - com a

incidência de viadutos, edificações, placas e semáforos nos arredores - dificulta a contemplação do forte externamente. A poluição do ar e sonora também são perceptíveis – tais fatores estão intimamente relacionados com a deterioração da estrutura física de edificações históricas. Porém, esses aspectos fazem parte de uma problemática maior, a falta de planejamento urbano. Ações pontuais sobre o forte não permitiriam alterações no desenvolvimento frenético da cidade, restando ao atrativo adaptar-se a situação na qual está inserido atualmente.

O requisito *aptidão* é parcialmente contemplado (66,66%) pois, ao contrário do Forte do Brum, não existe o controle do fluxo de visitantes, condição essencial para um adequado manejo. Este atrativo apenas é tombado pelo Governo Federal, o que também limita o apoio dos recurso estaduais e municipais para ações de conservação. Porém, novamente comparando-o com o Forte do Brum, a administração atua de forma preventiva sobre sua estrutura, minimizando a necessidade de grandes intervenções. Aliado a isso, a presença de órgãos públicos municipais nas suas dependências permite (e incentiva) a atuação mais direta do município a fim de manter sua integridade, já que este órgão é o responsável pela sua gestão.

Este forte disponibiliza seis dos equipamentos e serviços abordados na pesquisa. Aqueles inexistentes não chegam a comprometer a qualidade da experiência do visitante, pois a visitação ao atrativo não exige muitas horas, dispensando a disponibilização de lanchonetes, restaurantes e alojamento, por exemplo.

A *disponibilidade* é contemplada em 80% dos subindicativos. A falta de sinalização turística indicando o atrativo foi a responsável por esse desempenho. Isto compromete a localização do forte principalmente por turistas, pois o mesmo encontra-se "escondido" entre os vários inibidores anteriormente citados. Uma sinalização adequada neste caso seria essencial para o planejamento turístico otimizado, notadamente para os visitantes que acessam a área de carro: o tráfego intenso de veículos dificulta a busca pelo forte, caso o motorista necessite parar com o automóvel no entorno para melhor se localizar.

Este constitui outro caso de gestão e posse compartilhadas pela mesma entidade, no caso a Prefeitura Municipal do Recife. Essa "junção" de responsabilidades demonstra, nos casos aqui analisados, que esta é a maneira mais eficaz de gerir um bem cultural. A prefeitura investe na manutenção diária do atrativo, a fim de evitar maiores danos e, posteriormente, maiores gastos com a sua estrutura. Esta foi reconfigurada internamente para atender às necessidades da gestão pública local de modo mais rápido do que se o bem estivesse sob a responsabilidade de um órgão federal,

por exemplo. A comunidade se identifica com o forte também pelo resgate histórico da cidade proporcionado pelo Museu da Cidade do Recife, reconhecido como um espaço importante para a prática da educação patrimonial.

O Forte das Cinco Pontas é considerado viável turisticamente, pois todos os requisitos ultrapassam a marca de 50% de subindicativos contemplados.

3.4 Forte Orange

O Forte Orange possui 50% de *atratividade* (ANEXO IV). Seu estado em ruínas (o qual não corresponde a um bom estado de conservação para aproveitamento turístico) e a impossibilidade de confirmar sua presença no mapa turístico do município, pelo fato do mesmo não estar acessível ao grande público, foram decisivos para seu desempenho.

Apesar de haver um manejo planejado do forte, seu atual estado de conservação impede a aproveitamento otimizado por parte dos visitantes, com poucas possibilidades para se abrigar da chuva e do sol, e pela dificuldade de circulação de todas as pessoas proporcionada por partes muito danificadas – comprometendo o deslocamento de grupos de terceira idade, deficientes físicos e crianças muito pequenas, por exemplo.

O requisito *aptidão* é atingido em 77,77%, pois não há o controle do fluxo de visitantes, condição essencial para a segurança dos mesmos, considerando o seu estado de ruínas. Também não foi possível confirmar o tombamento municipal do forte, salientando a dificuldade de comunicação com o órgão municipal de turismo através dos contatos disponibilizados à comunidade.

Apesar de estar em ruínas, os poucos espaços cobertos disponíveis propiciaram a instalação de sanitários, bilheteria, capela, loja de artesanato e museu. Tais equipamentos e serviços permitem que a visitação disponibilize o mínimo de condições para a permanência dos visitantes no local por algumas horas.

Em relação à *disponibilidade*, esta é atingida em 100% pelo forte em questão. As condições das vias de acesso e da sinalização estão boas, provavelmente pelo fato do atrativo estar instalado próximo a outros atrativos essenciais para o desenvolvimento turístico do município de Itamaracá, como o Centro do Peixe-Boi e a Coroa do Avião, o que incentiva a junção de esforços locais e apoio dos governos estadual e federal para a manutenção da qualidade do acesso.

A posse do forte é do Governo Federal. Porém, sua gestão está a cargo da FADE/UFPE. O repasse de sua gestão para esta entidade facilitou a realização de pesquisas arqueológicas (pelo vínculo com a universidade) e a otimização dos equipamentos e serviços ofertados aos visitantes. O apoio de outras organizações também foi essencial para a configuração turística atual do atrativo, e esta "comunicação" certamente é facilitada pela atuação da universidade como mediador de interesses e ponto-de-partida para propostas baseadas em informações prévias e reflexões interdisciplinares.

Considera-se que o Forte Orange é viável turisticamente, por atingir pelo menos 50% dos subindicativos de todos os requisitos.

3.5 Forte de Tamandaré

O Forte de Tamandaré apresenta um percentual de *atratividade* de 25% (ANEXO V). A falta de informações turísticas no local, seu péssimo estado de conservação e a ausência de indicação no mapa turístico estadual foram os subindicativos responsáveis pelo seu baixo desempenho, que impedem diretamente o despertar do interesse da comunidade local e, principalmente, dos turistas em visitá-lo.

O requisito *aptidão* foi atingido em 22,22%, outro índice insatisfatório. Como não há o planejamento turístico do atrativo, não ocorre o controle e registro de visitantes, não há equipe de segurança e as condições de limpeza são más. O forte é apenas tombado pela FUNDARPE (a nível estadual), que já disponibilizou um projeto de restauração para o mesmo. Porém, a dependência de recursos oriundos de ações a nível internacional e federal (no caso o PRODETUR II) impedem a implantação a curto prazo das ações.

Ilustrando a falta de planejamento turístico, o único "serviço ou equipamento turístico" disponibilizado é a capela, mas essa ainda permanece fechada sob o controle da prefeitura, que decide quando permitir o acesso. Nas diversas ocasiões de visita não foi possível acessar essa dependência.

A *disponibilidade* obteve percentual de 40%, justificado pela regulares condições das vias de acesso, a falta de sinalização sobre o atrativo e a ausência de cobrança de ingresso.

A gestão e posse deste forte são compartilhadas pela Marinha do Brasil mas, ao contrário dos exemplos de responsabilidade compartilhada por uma mesma instituição apresentadas em outros

fortes, isso não está contribuindo para um aproveitamento turístico otimizado. Tal organização não demonstra interesse em investir no atrativo, o que fez com que a Prefeitura Municipal se interessasse pela sua posse, a fim de agilizar intervenções de conservação e planejamento do uso.

Acordos para o repasse dessa posse a prefeitura e a obtenção de recursos para a restauração do forte ainda estão em tramitação, mas fica claro que o uso otimizado do atrativo só será percebido quando o poder municipal puder agir de forma efetiva, não apenas contribuindo com a limpeza e abertura dos portões. Vale salientar ainda que a prefeitura conta com o apoio do CONDEMA de Tamandaré, forma de parceria indispensável para que os interesses da comunidade local sejam considerados e cumpridos, garantindo que o uso turístico do forte seja planejado de forma mais participativa e justa.

Assim, o Forte de Tamandaré não possui viabilidade turística atual, pois nenhum dos requisitos foi contemplado em pelo menos 50%.

3.6 Forte de Pau Amarelo

O requisito *atratividade* teve desempenho de 50%, pois não há informações turísticas prestadas no local e o forte também não está inserido no mapa turístico estadual (ANEXO VI).

Em relação à *aptidão*, o referido forte obteve desempenho de 33,33% pois, já que não existe uso nem planejamento turístico atual, os subindicativos contemplados foram o tombamento federal e estadual. O único equipamento ou serviço disponibilizado é o estacionamento, de uso comum para os bares e a praia localizada na área.

O forte apenas atinge o percentual de 20% no requisito *disponibilidade*, pois a oferta do transporte coletivo foi o único requisito contemplado.

Vale ressaltar que o Forte de Pau Amarelo está a pelo menos dois anos sofrendo um processo de restauração, mas não foi possível obter informações sobre as ações de planejamento turístico que serão implantadas após sua abertura ao público. Assim, as condições atuais possuem grandes chances de serem modificadas a curto prazo, cabendo ao atual gestor do bem (o IPHAN) promover a forma mais adequada de relacionar seu aproveitamento turístico otimizado com um entorno tão problemático.

A posse e a gestão do forte são compartilhado pelo Governo Federal, mas através de órgãos distintos - a gestão é do IPHAN, mas não ficou claro a que órgão específico pertence a posse. Não

foi possível obter junto a Prefeitura Municipal de Paulista informações sobre como irão se configurar esses aspectos após o processo de restauração, demonstrando a dificuldade do poder público local em intervir sobre o uso do atrativo. A proposição do uso do forte pela prefeitura está a disposição do IPHAN, mas a falta de informações disponíveis sobre o assunto na secretaria municipal de turismo demonstra a comunicação falha entre essas entidades, o que culmina num desencontro de interesses e, posteriormente, na prática de ações inadequadas à realidade local.

Considera-se que sob as atuais condições, o Forte de Pau Amarelo não é viável turisticamente, pois apenas um requisito pôde ser atingido (a *atratividade*).

Com base nas informações apresentadas, segue-se uma lista que identifica as fortificações viáveis e inviáveis atualmente, do ponto-de-vista turístico, na área continental de Pernambuco: os fortes Orange, do Brum e das Cinco Pontas são turisticamente viáveis; enquanto que os fortes de Pau Amarelo, do Queijo e de Tamandaré ainda são inviáveis do ponto-de-vista turístico.

As fortificações militares de Pernambuco podem, considerando a situação atual de uso turístico, fazer parte de um roteiro conjunto, apesar de tanta discrepância entre as características de cada uma? Para elucidar essa questão, propõe-se a análise dos requisitos de integração, tentando investigar a viabilidade de um planejamento conjunto.

4 Diretrizes para a transformação das fortificações militares de Pernambuco em recursos turísticos

Considerando a problemática analisada pela pesquisa e a contribuição que esse tipo de investigação pode gerar para os atuais e futuros gestores das fortificações militares, são apontadas algumas diretrizes que podem contribuir para um aproveitamento turístico otimizado dos atrativos em questão:

- **Maior atuação do Poder Público**: um envolvimento mais efetivo dos governos federal, estadual e municipal em ações voltadas à conservação de edificações históricas e planejamento do uso.
- **Valorização**: faz-se necessário, antes de qualquer ação voltada ao desenvolvimento turístico de um bem cultural, que a comunidade “detentora” do patrimônio valorize o atrativo como parte integrante de sua própria história e se reconheça neste remanescente.

- **Reintegração do atrativo à comunidade**: O aproveitamento das fortificações como espaço cultural voltado à comunidade geraria mais uma opção de espaço de lazer e educação.
- **Informação e sinalização turística**: a consideração desses dois fatores é essencial para a manutenção da atratividade dos fortes ao longo do tempo.
- **Conhecimento da demanda**: Pesquisas que possam identificar futuros segmentos a serem atingidos, suas principais expectativas e necessidades são instrumentos importantes para o sucesso do atrativo.
- **Capacidade de carga**: Apesar dessa incerteza, medidas de controle de visitantes e de minimização de impactos, mesmo quando aplicadas de forma pontual, devem ser recorrentes no manejo dos fortes.
- **Disponibilização de serviços e equipamentos**: Sem esses componentes torna-se inviável o uso turístico, principalmente quando o atrativo requer uma visitação mais duradoura ou atende a públicos especiais (como crianças e idosos).
- **Organização do entorno**: Organizar o entorno envolve aspectos muito mais complexos, como o planejamento urbano, os interesses comerciais e a violência urbana. Por isso a gestão dos fortes deve envolver a capacidade de relação da instituição gestora com outras entidades, que possuam poder de ação sobre aspectos essenciais para uma adequada organização da malha urbana.
- **Obtenção de recursos**: A capacidade dos gestores dos fortes em se relacionar com instituições financiadoras é muito importante, para que as ações planejadas sejam efetivadas, não ficando só "no papel". A busca de parcerias com instituições privadas também é uma boa estratégia para a obtenção de recursos.
- **União de esforços entre gestão e titularidade**: A instituição gestora é a principal responsável em estabelecer esse contato, a fim de garantir que aquilo que é planejado seja posto em prática
- **Maior atuação da universidade**: a participação das faculdades locais no planejamento do uso turístico dos fortes de Pernambuco é uma ótima forma de respaldar os gestores de conhecimento técnico e científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARRETTO, A. **Fortificações do Brasil**: resumo histórico. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1958. 337 p.

DOMÍNGUEZ DE NAKAYAMA, L.**Relevamiento Turístico**. 3.ed. Santa Fé, AR: Centro de Estudios Turísticos, 1994. 244 p.

MENEZES, J.L.; RODRIGUES, M.R. **Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil:** Séculos XVI, XVII e XVIII. Recife: Pool Editorial, 1986.

PIRES JÚNIOR, C. D. A. **Fortificações Históricas no Brasil:** documentação, difusão e turismo cultural. Disponível em <www.casadatorre.org.br>. Acesso realizado em 30/05/2004.

PRADO, R.C. Os Fortes do Brasil. **Revista Horizonte Geográfico**. Ano 11. n. 58. julho/agosto 1998. p. 26 – 47

BIBLIOGRAFIA

ALFONSO, M.J.P. El patrimonio cultural como opción turística. **Horizontes Antropológicos.** Disponível em <www.doaj.org>. Acesso realizado em setembro de 2003.

AZEVEDO, J. O Espaço do Turismo Cultural. *In*: **Espaço, Turismo e Desenvolvimento**. 2.ed. Ano 3. n.1. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. p. 09 – 18

BARRETTO, A. **Fortificações do Brasil**: resumo histórico. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1958. 337 p.

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural**. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. 96 p.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**.5.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001. 516 p.

DOMÍNGUEZ DE NAKAYAMA, L.**Relevamiento Turístico**. 3.ed. Santa Fé, AR: Centro de Estudios Turísticos, 1994. 244 p.

GOELDNER, C.R.; RITCHIE, J.R.B.; McINTOSH, R.W. **Tourism**: principles, practices, philosophies. 8.ed. USA: Wiley, 2000. 734 p.

LARAIA, R.B. **Cultura**: um conceito antropológico. 11.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 117p.

MENEZES, J.L.; RODRIGUES, M.R. **Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil:** Séculos XVI, XVII e XVIII. Recife: Pool Editorial, 1986.

MOESCH, M. **A Produção do Saber Turístico**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2002. 140 p.

PETROCCHI, M. **Turismo**: Planejamento e gestão. 3.ed. São Paulo: Futura, 1998. 381 p.

PIRES JÚNIOR, C. D. A. **Fortificações Históricas no Brasil:** documentação, difusão e turismo cultural. Disponível em <www.casadatorre.org.br>. Acesso realizado em 30/05/2004.

PRADO, R.C. Os Fortes do Brasil. **Revista Horizonte Geográfico**. Ano 11. n. 58. julho/agosto 1998. p. 26 – 47

SANTOS, J.L. **O que é Cultura**. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 89 p.

TAVARES, A. M. **City Tour**. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo). 67 p.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. 3.ed. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 2004. 383 p.

This document was created with Win2PDF available at http://www.win2pdf.com.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.